



Editor Responsável: Jorge Katsumi Niyama
Jomar Miranda Rodrigues
Editor Associado: Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia
Processo de Avaliação: Double Blind Review pelo SEER/OJS

Fatores Exógenos que Afetam o Nível de Transparência Pública dos Municípios Pernambucanos

RESUMO

Objetivo: A pesquisa teve por objetivo encontrar explicações por meio de fatores exógenos que afetam a transparência das informações públicas, buscando alternativas e ações que possam reduzir as assimetrias e, ao mesmo tempo, melhorar o nível de transparência dos entes públicos municipais.

Método: Utilizou-se um modelo de regressão com dados em painel para verificar se indicadores socioeconômicos e de gestão fiscal influenciam o Índice de Transparência dos Municípios Pernambucanos – ITM-PE.

Originalidade/Relevância: O estudo se destaca como referência por fornecer explicações com base em fatores exógenos que afetam a transparência das informações públicas, buscando alternativas e ações que possam reduzir as assimetrias e, ao mesmo tempo, melhorar o nível de transparência dos entes públicos municipais.

Resultados: Os resultados demonstram a forte influência dos fatores socioeconômicos estudados no nível de transparência apresentado pelos municípios do estado de Pernambuco, indicando que a evolução social e econômica dessas municipalidades afeta diretamente seus níveis de transparência.

Contribuições Teóricas/Metodológicas: A pesquisa contribui para a instrumentalização e o exercício dos controles internos, externos e sociais, além de fornecer informações para o aprimoramento da metodologia de apuração do ITM-PE e de outros indicadores de transparência utilizados por entidades interessadas, de modo a tratar os índices das municipalidades, considerando suas desigualdades.

Palavras-chave: Contas públicas, Índice de transparência municipal, Municípios de Pernambuco, Transparência no setor público, Assimetria de transparência.

Aldirene Santos Brito

Universidade Federal do Piauí, PI, Brasil
aldirene.brito.com

João Eudes Bezerra Filho

FUCAPE Business School, ES, Brasil
jeudes@tce.pe.gov.br

Jobson Maurilio Alves dos Santos

Universidade Federal de Pernambuco, PE,
Brazil
jobson.maurilio@ufpe.com

Recebido: Outubro 24, 2023

Revisado: Abril 24, 2024

Aceito: Setembro 18, 2024

Publicado: Dezembro 30, 2024



How to Cite (APA)

Brito, A. S., Filho, J. E. B., Santos, J. M. A. (2024). Fatores Exógenos que Afetam o Nível de Transparência Pública dos Municípios Pernambucanos. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 27 (2), 252-277. <http://dx.doi.org/10.51341/cgg.v27i2.3168>

1 INTRODUÇÃO

A transparência pública é um tema amplamente estudado em diversas áreas do conhecimento e seu interesse pode ser observado em nível mundial (Zuccolotto & Teixeira, 2014). Sua importância está intimamente ligada ao crescente interesse por temas como accountability, administração pública, gastos públicos e prestação de contas (Coelho et al., 2018).

No Brasil, procedimentos de prestação de contas e transparência são instrumentos obrigatórios para todos os entes federados, sejam municipais, estaduais ou federais (Lei Complementar nº 101, 2000). Nesse contexto, e no exercício do controle externo e da contribuição ao controle social, o Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) criou e divulga anualmente o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM-PE).

Na primeira publicação do ITM-PE, em 2015, observou-se uma notável assimetria nas classificações dos índices atribuídos aos municípios, constatando-se que menos de 1% deles alcançou um nível considerado desejável de transparência. Em alguns casos, foi verificado um nível de transparência classificado como inexistente (índice igual a zero). Os parâmetros utilizados na apuração do índice seguiram as exigências da legislação e as normas internas do TCE-PE.

No entanto, os resultados encontrados, com base nos critérios adotados na apuração do ITM-PE, como receita arrecadada, despesa realizada e disponibilização dos processos licitatórios, não são suficientes para explicar as motivações ou fatores externos que possam estar relacionados aos resultados obtidos pelos municípios avaliados.

Estudos anteriores já identificaram fatores externos que podem contribuir para esses resultados. Ferreira et al. (2020) mostraram que municípios com menos de 50 mil habitantes são mais vulneráveis ao cumprimento das métricas mínimas aplicadas à transparência pública,

observação que também foi feita por Cardoso (2019) e Antunes (2018). Corroborando esses estudos, Cruz et al. (2012) demonstraram que municípios de maior porte têm mais condições de estruturar a transparência dos gastos públicos, resultando em um melhor desempenho nos requisitos mínimos exigidos pelas legislações.

Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo geral encontrar explicações, por meio de fatores exógenos, que afetam a transparência das informações públicas, buscando alternativas e ações que possam reduzir as assimetrias e, ao mesmo tempo, melhorar o nível de transparência dos entes públicos municipais.

Para atingir esse objetivo, foi utilizado um modelo econométrico que relaciona indicadores socioeconômicos e de gestão fiscal com os resultados do ITM-PE, apurados e publicados pelo TCE-PE de 2015 a 2018, com base nos requisitos estabelecidos na Resolução TCE-PE nº 33 (2018).

A pesquisa se justifica por investigar elementos externos aos critérios estabelecidos pelo TCE-PE, como forma de explicar o nível de transparência dos municípios. Além disso, contribui para ampliar a compreensão do conceito de transparência definido pela legislação, auxilia no cumprimento do direito do cidadão de acompanhar as ações do gestor público e reforça o controle social como ferramenta para o aprimoramento do gerenciamento dos recursos públicos.

Como contribuição prática, os resultados da pesquisa podem ser incorporados à metodologia de apuração do ITM-PE e de outros indicadores de transparência utilizados por entidades interessadas. Ademais, fornecem subsídios aos órgãos de controle externo (Legislativo e Tribunais de Contas) no julgamento das contas públicas, melhorando as respostas dos órgãos de fiscalização à sociedade. Os resultados também poderão ser utilizados por outras entidades que possuem mecanismos de apuração de transparência para aprimorar suas metodologias e avaliações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Transparência, Accountability e Responsabilidade Fiscal

O controle social das ações e a responsabilização dos gestores públicos estão diretamente ligados à manutenção do Estado Democrático de Direito de um país (Rausch & Soares, 2010; Kieling et al., 2021). A transparência das contas públicas, por sua vez, é uma ferramenta que contribui para esse controle, sendo considerada um elemento-chave para melhorar a gestão pública (Bernardo et al., 2017; Miranda et al., 2022).

Para Cruz et al. (2012), a transparência pública e todas as ações que possibilitam o aumento do conhecimento sobre os atos públicos pelos interessados são consideradas boas práticas de gestão pública. Nesse sentido, Baldissera et al. (2018) definem transparência como a prática de disponibilizar informações sobre as ações do dia a dia dos agentes públicos e todos os atos decorrentes delas, de maneira contínua e organizada, para que estejam acessíveis a todos os interessados, permitindo que saibam e avaliem tudo o que está sendo feito.

No ordenamento jurídico brasileiro, a transparência é um direito garantido pela Constituição Federal em vários artigos, estando intimamente ligada aos princípios da publicidade e da eficiência (Brocco et al., 2018). Para Celestino (2018), esses princípios já estabelecem a transparência como um direcionador da gestão pública. No entanto, para reforçar essa prática, foi aprovada a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), um marco regulatório que consolidou o princípio da transparência, exigindo um maior compromisso do poder público com os gastos públicos (Costa & Fiirst, 2020). Os controles na administração pública, em uma sociedade organizada baseada nos preceitos da democracia, se materializam por meio das prestações de contas e da responsabilização dos agentes públicos, sendo conceituados na literatura como *accountability* (Cruz & Afonso, 2018).

A LRF estabelece e normatiza regras de finanças públicas com foco na responsabilidade

da gestão fiscal, o que implica que as ações do gestor precisam ser planejadas e transparentes, visando ao equilíbrio das contas públicas e à prevenção e correção de possíveis descompasso (Ferreira et al., 2020). Seu conceito não deve ser interpretado de forma restrita, apenas ligando o gestor à prestação de contas, mas sim de forma ampla, vinculando-o ao conceito de *accountability* (Brocco et al., 2018).

Bernardo et al. (2017) afirmam que a *accountability* auxilia na promoção da transparência e da responsabilização do gestor por suas ações e resultados, possibilitando que a sociedade e as demais partes envolvidas verifiquem o cumprimento dos compromissos dos governantes e, conseqüentemente, possam questioná-los e até exigir punição por seus atos.

Para Rausch e Soares (2010), o princípio da transparência, referendado pela LRF, é mais amplo do que o princípio da publicidade trazido pela Constituição Federal (CF), pois a simples divulgação dos dados não garante que serão compreendidos por quem busca a informação. Segundo Cruz et al. (2010), transparência fiscal significa apresentar informações de forma clara e acessível, possibilitando o acompanhamento da execução dos orçamentos e a aplicação dos recursos públicos. Todas essas informações precisam chegar ao destinatário de forma que não deixem margem para ambigüidades.

A responsabilidade fiscal introduzida pela LRF gerou, ao longo do tempo, debates sobre a publicação, divulgação e transparência das informações dos entes públicos, ampliando o acesso a elas por meios eletrônicos (Neves et al., 2015). Em 27 de maio de 2009, foi instituída a Lei nº 131/2009, conhecida como Lei da Transparência (Fiscal) ou Lei Capiberibe, que alterou a LRF, ampliando e detalhando as formas de transparência da responsabilidade fiscal (Brocco et al., 2018; Possamai & Schindler, 2017).

Para Costa e Fiirst (2020) e Cruz e Afonso (2018), a Lei da Transparência determinou que as informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira dos entes da federação (municipais, estaduais e federal) sejam disponibilizadas em tempo real e por meios

eletrônicos. Oliveira e Bruni (2019) enfatizam que a divulgação na internet precisa ser feita de forma que facilite e amplie o acesso às informações por todas as partes interessadas.

Em resumo, os conceitos e aspectos da transparência, *accountability* e responsabilidade fiscal não podem ser vistos de forma separada, pois são conceitos indissociáveis que precisam ser analisados em conjunto (Cruz et al., 2018).

2.2 O Índice de Transparência dos Municípios do Estado de Pernambuco (ITM-PE)

Em 18 de novembro de 2011, foi publicada a Lei nº 12.527/11, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamentou e garantiu o exercício do direito de acesso às informações (Celestino, 2018). Segundo Júnior (2019), a principal mudança trazida pela LAI foi estabelecer a divulgação da informação pública como regra, tornando o sigilo uma exceção. Nesse contexto, foram criados os portais da transparência. Alcantara (2019) destaca que esses portais se tornaram uma ferramenta importante para auxiliar o controle social das ações públicas.

Os portais de transparência passaram a ser o principal local para centralizar o fluxo de informações dos entes públicos, tornando-as acessíveis aos cidadãos (Antunes, 2018). Costa e Fiirst (2020) ressaltam que, nesse período, o foco das discussões não foi a criação dos portais, mas sim sua eficiência. Isso gerou a necessidade de se avaliar a eficácia desses portais.

Nesse cenário, órgãos de fiscalização, como a Controladoria Geral da União (CGU), começaram a avaliar os portais de transparência (Alcantara, 2019; Possamai & Schindler, 2017). De acordo com Bartoluzzio e Anjos (2020), o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) também contribuiu nesse processo ao elaborar, em 2015, a primeira edição do Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM-PE), permitindo um

diagnóstico do nível de transparência na gestão dos recursos públicos nos municípios sob sua jurisdição.

O ITM-PE foi criado com a finalidade de servir como uma ferramenta de combate à corrupção e de fortalecimento do controle social (Alcantara, 2019). Seu objetivo é avaliar os portais de transparência dos 184 municípios de Pernambuco, utilizando 13 critérios de avaliação.

Na primeira edição do ITM-PE, em 2015, os critérios de análise foram baseados na Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), na Lei nº 131/2009 - Lei da Transparência Fiscal, e no Decreto nº 7.185/2010 (substituído pelo Decreto nº 10.540/2020). Atualmente, os requisitos estão consolidados e regulamentados pela Resolução nº 33/2018 do TCE-PE.

A referida resolução estabelece que o índice deve ser calculado a partir da razão entre o somatório das pontuações atribuídas aos critérios atendidos e o somatório das pontuações de todos os critérios considerados, conforme os anexos da resolução. O índice é aplicado a todas as prefeituras e câmaras municipais do estado de Pernambuco (TCE-PE, 2018).

Os critérios de avaliação estão organizados em grupos, tais como: transparência ativa, transparência passiva e boas práticas de transparência, incluindo ferramentas de acessibilidade que garantam o acesso à informação para pessoas com necessidades especiais (TCE-PE, 2018).

A avaliação é realizada por meio da fiscalização dos sítios oficiais e dos portais de transparência de todas as prefeituras e câmaras municipais do estado de Pernambuco. Também é verificada a existência do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no âmbito do respectivo poder, conforme regulamentação anexada ao sistema de Cadastro de Unidades Jurisdicionadas (TCE-PE, 2018).

2.3 Fatores que se Relacionam com a Transparência Pública

Os índices de transparência apurados por órgãos de fiscalização evidenciam o nível de informações divulgadas pelos entes públicos, associando-os às exigências legais e às boas práticas de transparência (Cruz et al., 2012). No entanto, Silva et al. (2019) destacam que esses índices estão, em grande parte, relacionados a questões financeiras, enquanto a literatura teórico-empírica revela a existência de diversos possíveis fatores que podem influenciar o nível de transparência nos estados e municípios, especialmente aqueles associados a características sociais, econômicas, fiscais e demográficas.

Os indicadores socioeconômicos têm sido relacionados à transparência em pesquisas anteriores. Cruz et al. (2010), por exemplo, analisaram os municípios de maior porte do estado do Rio de Janeiro, procurando identificar os fatores condicionantes da transparência das informações fiscais em meios eletrônicos. Os autores estudaram fatores socioeconômicos, como população, receita orçamentária, PIB per capita e taxa de alfabetização, e suas relações com a transparência fiscal. A expectativa era encontrar uma relação positiva com todas as variáveis socioeconômicas estudadas. De fato, uma relação positiva foi encontrada para quase todas, exceto para a variação do PIB per capita, que não apresentou significância estatística suficiente para permitir inferências sobre o seu efeito.

No âmbito nacional, Cruz et al. (2012) realizaram uma pesquisa com 96 grandes municípios brasileiros, relacionando os níveis de transparência com indicadores socioeconômicos, como taxa de alfabetização, IDH, índice Firjan de desenvolvimento municipal e receitas arrecadadas, entre outros. Os achados mostraram que há uma associação entre fatores sociais e econômicos e as boas práticas de transparência dos recursos públicos, conforme observado nos respectivos portais de divulgação dessas informações.

Tabela 1

Indicadores socioeconômicos, relação com a transparência e fonte de pesquisa.

Indicadores socioeconômicos	Relação com a transparência	Fonte
IDH – Índice de desenvolvimento Humano	Significante e positiva	Souza et al., (2013); Cruz et al. (2010); Neves et al. (2015); Cruz et al. (2012); Rossoni e Beiruth (2016); Brocco et al. (2018); Celestino (2018); Silva et al. (2019).
PIB <i>per capita</i> - Produto Interno Bruto	Significante e positiva	Souza et al. (2013); Cruz et al. (2010); Bernardo et al. (2017); Rossoni e Beiruth (2016); Possamai e Schindler (2017); Brocco et al. (2018); Celestino (2018); Oliveira e Bruni (2019); Silva et al. (2019).
O número de habitantes (POP)	Significante e positiva	Souza et al. (2013); Baldissera et al. (2020); Cruz et al. (2010); Bernardo et al. (2017); Celestino (2018); Rossoni e Beiruth (2016); Brocco et al. (2018); Freitas et al. (2017); Freitas et al., (2016); Possamai e Schindler (2017); Silva et al. (2019); Barbosa (2019); Leite et al., (2018).
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	Significante e positiva	Souza et al. (2013); Freitas et al. (2016); Celestino (2018).
IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal	Significante e positiva	Souza et al. (2013); Cruz et al. (2012); Rossoni e Beiruth (2016); Brocco et al. (2018); Zuccolotto e Teixeira (2014); Barbosa (2019); Leite et al., (2018).

Na Espanha, Tejado-Romero e Araújo (2018) encontraram resultados semelhantes aos de Oliveira e Bruni (2019). A pesquisa, que abrangeu um período de 4 anos, teve como objetivo analisar os determinantes do nível de transparência dos governos municipais do país, com foco nos indicadores sociais, econômicos e políticos. De maneira geral, o estudo encontrou uma relação significativa entre essas variáveis, embora não tenha havido um efeito expressivo em relação às variáveis de investimento e pressão fiscal.

Corroborando esses resultados, Zuccolotto e Teixeira (2014) e Baldissera et al. (2020) também identificaram uma relação positiva entre indicadores socioeconômicos e a variável transparência.

Com base nos estudos apresentados, a Tabela 1 resume os principais indicadores socioeconômicos que demonstraram ter uma relação significativa com a transparência dos entes públicos, bem como a relação esperada deles para este estudo.

Com base na literatura pesquisada, apresentada na Tabela 1, propõem-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

- H1: O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) possui relação positiva com o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM-PE).
- H2: O Produto Interno Bruto (PIB) per capita possui relação positiva com o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM-PE).
- H3: O número de habitantes (POP) possui relação positiva com o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM-PE).
- H4: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) possui relação positiva com o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM-PE).
- H5: O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) possui relação positiva com o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM-PE).

2.3.1 Indicadores Fiscais

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000 é considerada um dos marcos regulatórios da gestão fiscal, pois define os parâmetros de desempenho para a administração dos recursos públicos. Os indicadores fiscais são utilizados como medidas de análise desse desempenho e como ferramentas de acompanhamento da gestão das finanças do setor público (Cruz et al., 2010).

Na Tabela 2, são apresentados os indicadores fiscais, pesquisados na literatura, que possuem relação significativa com a transparência.

Tabela 2

Indicadores fiscais, relação com a transparência e fonte de pesquisa.

Indicadores fiscais	Relação com a transparência	Fonte
IFGF – Índice Firjan de Gestão Fiscal	Positiva	Bernardo et al. (2017); Rossoni e Beiruth (2016); Brocco et al. (2018); Silva et al. (2019); Medeiros et al. (2020). Leite et al., (2018).
Receita arrecadada <i>per capita</i>	Positiva	Baldissera et al. (2020); Cruz et al. (2010); Cruz et al. (2012); Bernardo et al. (2017); Oliveira e Bruni (2019); Leite et al., (2018). Brocco et al. (2018); Celestino (2018); Zuccolotto e Teixeira (2014). Barbosa (2019).
ICC-PE - Índice de Convergência e Consistência dos Municípios de Pernambuco.	Positiva	Carlos et al. (2018).

Considerando o referencial teórico e as referências apresentadas na Tabela 2, propõem-se as seguintes hipóteses:

- H6: O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) possui relação positiva com o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM-PE).
- H7: A receita arrecadada per capita possui relação positiva com o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM-PE).
- H8: O Índice de Convergência e Consistência dos Municípios de Pernambuco (ICC-PE) possui relação positiva com o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM-PE).

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva-explicativa, com método quantitativo, considerando a utilização de procedimentos estatísticos para a obtenção dos resultados. Os

dados coletados são de natureza secundária, pois refletem informações obtidas em portais eletrônicos oficiais de entidades governamentais e outras fontes.

Para delimitar a população investigada, optou-se por trabalhar com o universo de todos os municípios de Pernambuco (184 municípios).

A escolha do ITM-PE se justifica pela institucionalização e regularidade da apuração do indicador pelo TCE-PE, além da necessidade de utilizar uma metodologia padronizada. No Brasil, poucos Tribunais de Contas, dentre os 34 existentes, apuram o índice de transparência de seus jurisdicionados e, quando o fazem, empregam metodologias distintas. O TCE-PE foi escolhido por ser uma referência no país, podendo servir de exemplo para os demais.

Tabela 3

Legenda e descrição das variáveis

Variável	Descrição	Classificação
ITM_{it}	Índice de Transparência no município i no ano t ;	Dependente
$RECPC_{it}$	Receita arrecada <i>per capita</i> no município i no ano t ;	Explicativa
$PIBPC_{it}$	PIB <i>per capita</i> no município i no ano t ;	Explicativa
$IDHM_{it}$	Índice de Desenvolvimento Humano no município i no ano t ;	Explicativa
$IFGF_{it}$	Índice FIRJAN de Gestão Fiscal no município i no ano t ;	Explicativa
$IDEB_{it}$	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no município i no ano t ;	Explicativa
ICC_{it}	Índice de Convergência Contábil no município i no ano t ;	Explicativa
$TXDESOC_{it}$	Taxa de desocupados no município i no ano t ;	Controle
$DENS_{it}$	Densidade demográfica em m^2 no município i no ano t ;	Controle
$TXURB_{it}$	Taxa de urbanização no município i no ano t ;	Controle
ENS_SUP_{it}	Porcentagem de pessoas com ensino superior no município i no ano t ;	Controle
POP_{it}	População do município i no ano t ;	Explicativa
$GINI_{it}$	Índice de Gini no município i no ano t ;	Controle
ε_{it}	erro aleatório do i -ésimo município no ano t .	—

Com relação ao aspecto temporal, a pesquisa abrangeu os anos de 2015 a 2018 (4 anos). A limitação temporal se justifica pela ausência de publicações do ITM-PE referentes ao exercício de 2019, pois, devido à pandemia de saúde pública (2020-2021), o TCE-PE não apurou o índice naquele ano. Vale ressaltar que a apuração do ITM-PE teve início em 2015.

Para testar empiricamente as hipóteses da pesquisa, foram utilizados modelos de regressão para dados em painel, em consonância com Gujarati e Porter (2011), conforme a equação (1). A descrição das variáveis do modelo econométrico está detalhada na Tabela 3.

$$ITM_{it} = \beta_0 + \beta_1 RECPC_{it} + \beta_2 PIBPC_{it} + \beta_3 IDHM_{it} + \beta_4 IFGF_{it} + \beta_5 IDEB_{it} + \beta_6 ICC_{it} + \beta_7 TXDESOC_{it} + \beta_8 DENS_{it} + \beta_9 TXURBAN_{it} + \beta_{10} ENS_SUP_{it} + \beta_{11} POP_{it} + \beta_{12} GINI_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Apresentação dos Resultados

Adotou-se o modelo econométrico proposto para verificar quais fatores afetam o ITM-PE nos municípios de Pernambuco. Os resultados das estimações, utilizando os modelos de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) agrupados e modelos de painel, estão apresentados na Tabela 4.

Na Tabela 4, as diferenças entre os modelos se dão pelo método de estimação. Na coluna (1), tem-se uma estimativa por MQO (Pooled), enquanto nas colunas (2) e (3), as estimações foram feitas por efeitos fixos (Painel 1) e aleatórios (Painel 2), levando em consideração a tendência temporal dos dados.

Inicialmente, foi aplicado o teste do Fator de Inflação de Variância (FIV), conforme Gujarati e Porter (2011), para verificar a presença de multicolinearidade entre as variáveis. Quando o valor do FIV é maior que 10, considera-se a presença de multicolinearidade. Os resultados desse teste estão na Tabela 3, indicando que não há problemas de multicolinearidade entre as variáveis propostas no modelo econométrico, uma vez que o FIV foi menor que 5 para todas as variáveis.

Tabela 4

Resultado da estimação do modelo de regressão foi obtido por meio de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) agrupados, efeitos fixos e efeitos aleatórios, com a inclusão dos efeitos fixos das regiões de desenvolvimento como variáveis de controle.

Variável Dependente: ITM-PE			
Variáveis Independente	(1) <i>Pooled</i>	(2) Painel1	(3) Painel2
<i>logRECPC</i>	49.84*** (14.28)	183.18*** (43.34)	53.78*** (16.23)
<i>logPIBPC</i>	82.52*** (23.45)	297.16* (140.59)	88.30** (28.83)
IDHM	806.33** (288.07)		849.05** (310.72)
IFDM	-96.83 (201.06)	77.89 (416.31)	-114.73 (203.77)
IFGF	116.18* (55.78)	16.96 (83.29)	113.33* (53.87)
IDEB	36.11** (13.69)	80.12** (29.80)	40.22** (15.03)
ICC	1.08 (0.69)	2.06* (0.86)	1.09 (0.70)
TXDESOC	-3.33 (2.66)		-3.17 (2.29)
DENS	0.00 (0.01)		0.00 (0.01)
TXURBAN	-0.37 (0.56)		-0.42 (0.61)
ENS_SUP	-6.57 (7.66)		-7.21 (7.95)
<i>logPOP</i>	-4.52 (15.71)		-6.09 (15.18)
GINI	328.62 (245.86)		328.04 (240.01)
Efeito Fixo de Região de Desenvolvimento	SIM	SIM	SIM
R2	0.130	0.170	0.150
F	5.70***	9.73***	-
Breusch-Pagan	1.65	-	-
Multiplicadores de Lagrange	0.01	-	-
Obs.	736	736	736

Nota: [i] *log* – logaritmo das variáveis receita municipal *per capita* e PIB *per capita*; [ii] Erros padrão entre parênteses; [iii] *, **, *** indica *significativos estatisticamente* aos níveis 5% e 1%, 0,1% respectivamente.

Para detectar a presença de heterocedasticidade nos dados, foi aplicado o teste de Breusch-Pagan, que rejeitou a hipótese nula de variância constante, indicando a presença de heterocedasticidade. O resultado desse teste está na Tabela 4 (coluna (1)). Para corrigir o problema da heterocedasticidade, foram utilizados os estimadores robustos de White, conforme recomendado por Gujarati e Porter (2011).

Além disso, realizou-se o teste dos Multiplicadores de Lagrange de Breusch-Pagan para verificar se a variância entre as unidades de observação é igual a zero, o que indicaria a ausência de efeito em painel. O resultado do teste não rejeitou a hipótese nula, indicando que o modelo estimado por MQO agrupado produz estimativas mais consistentes dos parâmetros do modelo econométrico proposto. O resultado desse teste também está na Tabela 4 (coluna (1)).

A Tabela 5 apresenta o resumo de todos os resultados alcançados, bem como as expectativas para cada hipótese relacionada às variáveis dos grupos socioeconômico e fiscal.

Tabela 5

Expectativas e resultados alcançados para todas as hipóteses relacionadas aos grupos socioeconômicos e fiscais.

Hipótese	Variável	Expectativa	Resultados alcançados	Conclusão
H1	IDHM	Positiva	Positivo e estatisticamente significativa a 1%,	H1 não foi rejeitada
H2	PIB <i>per capita</i>	Positiva	Positivo e estatisticamente significativa a 1%	H2 não foi rejeitada
H3	População	Positiva	Estatisticamente não significativa	H3 foi rejeitada
H4	IDEB	Positiva	Positivo e estatisticamente significativa a 1%,	H4 não foi rejeitada
H5	IFDM	Positiva	Estatisticamente não significativa	H5 foi rejeitada
H6	IFGF	Positiva	Positivo e estatisticamente significativa a 5%	H6 não foi rejeitada.
H7	Receita arrecadada <i>per capita</i>	Positiva	Positivo e estatisticamente significativa a 1%	H7 não foi rejeitada.
H8	ICC-PE	Positiva	Estatisticamente não significativa	H8 foi rejeitada.

4.2 Discussão dos Resultados

4.2.1 Variáveis Socioeconômicas versus Hipóteses

Os resultados para o grupo das variáveis socioeconômicas podem ser interpretados a partir da coluna (1) da Tabela 4. A partir dela, foi possível concluir o seguinte:

- H1: Não foi rejeitada, indicando que o IDHM possui relação positiva com o ITM-PE, corroborando resultados de pesquisas anteriores, como as de Souza et al. (2013), Cruz et al. (2010) e Neves et al. (2015). Esse resultado sugere que municípios

pernambucanos com melhor desenvolvimento humano têm maior potencial para manter bons níveis de transparência.

- H2: Também não foi rejeitada, havendo evidências de que o PIB possui relação positiva com o ITM-PE. Este achado confirma resultados de estudos anteriores, como os de Bernardo et al. (2017), Rossoni e Beiruth (2016) e Possamai e Schindler (2017), indicando que municípios com melhor desempenho econômico apresentam melhores níveis de transparência.
- H3: Foi rejeitada. Este resultado permite inferir que a população dos municípios do estado de Pernambuco não é um fator determinante para explicar a pontuação do ITM-PE. Esse resultado diverge de estudos realizados no Brasil por Cruz et al. (2010) e Baldissera et al. (2020), na China por Sun e Andrews (2020), e em Portugal por Freitas et al. (2017). No entanto, Silva et al. (2019) também não identificaram a influência dessa variável nos índices de transparência.
- H4: Não foi rejeitada, sugerindo que o IDEB possui relação positiva com o ITM-PE, confirmando os resultados encontrados por Souza et al. (2013) e Freitas et al. (2016). Este resultado evidencia que municípios com melhores níveis de educação básica tendem a eleger governantes que proporcionam maior transparência, conforme evidenciado no ITM-PE.
- H5: Foi rejeitada. Em relação ao IFDM, os resultados não se mostraram estatisticamente significativos, diferindo de pesquisas anteriores, como as de Barbosa (2019), Brocco et al. (2018), Leite et al. (2018) e Zuccolotto e Teixeira (2014).

4.2.2 Variáveis da Gestão Fiscal versus Hipóteses

Com relação às variáveis da gestão fiscal municipal (Tabela 2), os seguintes achados foram extraídos:

- H6: Não foi rejeitada. Este resultado permite concluir que o IFGF tem influência positiva no ITM-PE, corroborando os resultados das pesquisas de Rossoni e Beiruth (2016), Brocco et al. (2018), Silva et al. (2019) e Medeiros et al. (2020). Essa evidência sugere que os municípios com uma gestão fiscal mais responsável têm maior compromisso em respeitar a legislação fiscal e tributária, o que resulta em melhores níveis de transparência.
- H7: Não foi rejeitada. Esse resultado indica que o volume de receita per capita do município possui relação positiva com o ITM-PE. O achado confirma as conclusões alcançadas nos estudos de Baldissera et al. (2020), Cruz et al. (2010), Cruz et al. (2012), Bernardo et al. (2017) e Oliveira e Bruni (2019), sugerindo que municípios com maior arrecadação de recursos por habitante tendem a alcançar melhores níveis de transparência.
- H8: Foi rejeitada. Diferentemente das outras variáveis do grupo de gestão fiscal, o ICC-PE foi a única variável cujos resultados não se mostraram estatisticamente significativos, contrariando os estudos de Carlos et al. (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo buscar evidências da existência, ou não, de relação entre os fatores socioeconômicos e de gestão fiscal com o ITM-PE, produzido e divulgado pelo TCE-PE, referente aos 184 municípios pernambucanos, no período de 2015 a 2018.

Com base nas evidências encontradas, constatou-se uma grande influência dos fatores socioeconômicos no nível de transparência apresentado pelos municípios do estado de

Pernambuco, indicando que a evolução social e econômica das municipalidades afeta diretamente seus níveis de transparência. Este achado pode contribuir para explicar por que municípios com baixo desenvolvimento econômico e social têm dificuldade em alcançar níveis de transparência e *accountability* considerados ideais.

Por fim, respondendo ao objetivo inicialmente proposto, é possível afirmar, a partir dos achados da pesquisa, que existem fortes evidências de que os fatores socioeconômicos e de gestão fiscal explicam as assimetrias e heterogeneidades observadas nos indicadores de transparência dos municípios do estado de Pernambuco. Este resultado contribui para a instrumentalização e o exercício dos controles interno, externo e social, além de fornecer informações para o aperfeiçoamento da metodologia de apuração do ITM-PE e de outros indicadores de transparência utilizados por entidades interessadas, considerando as desigualdades entre as municipalidades.

Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar o período analisado, incluindo os dados publicados após o encerramento desta pesquisa. Também podem ser incluídas novas variáveis relacionadas à transparência e que não foram abordadas neste estudo, como índices de violência, segurança pública e saneamento nos municípios. Por fim, o modelo pode ser replicado em outros estados ou utilizado com dados de estados e da União.

REFERÊNCIAS

- Alcantara, L. (2019). Políticas de e-Transparência: uma análise do índice de transparência das capitais brasileiras presentes no ranking nacional do Ministério Público Federal. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Araraquara, SP, Brasil. <https://repositorio.unesp.br/items/6470696b-6c90-42a0-a746-1c8a364161f0>
- Antunes, M. C. (2018). A Efetividade Informacional dos Portais de Transparência

- Governamentais na Perspectiva do Cidadão. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 8(2), 162-178. <https://doi.org/10.21714/2236-417X2018v8n2p162>
- Baldissera, J. F., Dall'Asta, D., Casagrande, L. F., & Oliveira, A. M. B. D. (2020). Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 340-359. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190048>
- Baldissera, J. F., Fiirst, C., Dall'Asta, D., & Strassburg, U. (2018). Transparência governamental: uma análise bibliométrica e sociométrica de periódicos internacionais. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 23(1), 3-27. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/52423/transparencia-governamental--uma-analise-bibliometrica-e-sociometrica-de-periodicos-internacionais->
- Barbosa, A. G. (2019). O Índice de Transparência e os Indicadores Socioeconômicos e Fiscais dos Municípios do Estado do Espírito Santo. (Dissertação de mestrado). Fundação de Pesquisa e Ensino - FUCAPE. Vitória, ES, Brasil.
<file:///C:/Users/0437/Downloads/Dissertacao-Anderson-Gomes-Barbosa-O-indice-de-transparencia-e-os-indicadores-socioeconomicos-e-fiscais-dos-municipios-do-Estado-do-Espirito-Santo.pdf>
- Bartoluzzio, A. I. S., & Anjos, L. C. M. (2020). Análise de Conglomerados do Nível de Transparência Pública e Indicadores Socioeconômicos dos Municípios Pernambucanos. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 11(2), 49-65. <https://doi.org/10.13059/racef.v11i2.570>
- Bernardo, J. S., Oliveira, R. A., & Sediyaam, G. A. S. (2017). Características explicativas do nível de transparência na administração pública municipal. *Revista Ciências Administrativas*, 23(2), 277-292. <https://doi.org/10.5020/2318-0722.23.2.277-292>

- Brocco, C., Grando, T., Martins, Q. V., Junior, A. C. B., & Corrêa, S. (2018). Transparência da gestão pública municipal: fatores explicativos do nível de transparência dos municípios de médio e grande porte do Rio Grande do Sul. *Revista Ambiente Contábil*, 10(1), 139-159. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018v10n1ID12040>
- Cardoso, M. A. (2019). O Impacto dos Investimentos em Saúde e Educação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM dos Municípios do Espírito Santo. (Dissertação de mestrado). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE. Vitória, ES, Brasil.
<file:///C:/Users/0437/Downloads/Dissertacao-Mayte-Cardoso-Aguiar-O-impacto-dos-investimentos-em-saude-e-educacao-no-indice-de-efetividade-da-gestao-municipal-%E2%80%93-IEGM-dos-municipios-do-Espirito.pdf>
- Carlos, F. A., F., Façanha, I. F., N., Rebouças, S. M. D. P., & Guimarães, D. B. (2018). Consistência e Convergência Contábil: Relevantes para Transparência na Administração Pública?. *Anais do XVIII USP Internacional Conference in Accounting*, São Paulo, SP, Brasil.
<https://congressousp.fipecafi.org/anais/18UspInternational/ArtigosDownload/1181.pdf>
- Celestino, E. J. M. (2018). Fatores determinantes da transparência dos poderes executivos municipais brasileiros a partir do índice nacional da transparência do MPF. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN, Brasil. Recuperada em 23 de setembro, 2020, de
https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25564/1/FatoresDeterminantesTranspar%C3%Aancia_Celestino_2018.pdf
- Coelho, T. R., Silva, T. A. B., Cunha, M. A., & Teixeira, M. A. C. (2018). Transparência governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: uma “dança dos sete

- véus”. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(75).
<https://doi.org/10.12660/cgpc.v23n75.73447>
- Costa, S. C. B., & Fiirst, C. (2020). Aperfeiçoamento do portal da transparência: Um estudo com a prefeitura de Cascavel-PR. *Revista Competitividade e Sustentabilidade*, 7(2), 427-435. <https://doi.org/10.48075/comsus.v7i2.21079>
- Cruz, C. F., & Afonso, L. E. (2018). Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios. *Revista de Administração Pública*, 52(1), 126-148. <https://doi.org/10.1590/0034-7612165847>
- Cruz, C. F., Silva, L. M., & Santos, R. (2010). Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(3), 112-115.
- Cruz, C. F., Souza, A. C. F., Silva, L. M., & Macedo, M. A. S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000100008>
- Cruz, V. L. P., Lima, N. C., & Silva, C. L. D. (2018). Municipal management: transparency of electronic portals as promoters of accountability. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*; v. 9, n. 2 (2020): jul./dez.; 1-13, 24(2), 13-1. <https://doi.org/10.5380/atoz.v9i2.73180>
- Ferreira, C. D., Silva, G. C., Rosa, F. S., & Alberton, L. (2020). Transparência da prestação de contas dos gastos públicos nos governos municipais: um estudo de caso no Estado de Goiás. *Revista Ambiente Contábil*, 12(2), 157-178. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2020v12n2ID19090>
- Freitas, I. A., Nogueira, S. P., & Ribeiro, N. A. (2016). Factores determinantes de transparencia en los municipios portugueses. *Revista AECA (Asociación Española de*

- Contabilidad y Administración de Empresas*), 116 (1), 33-37.
<https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/13771>
- Freitas, I. A., Nogueira, S. P., & Ribeiro, N. A. (2017). Determinantes de la transparencia municipal: análisis empírico en Portugal. *Anais do IV Encontro de Jovens Investigadores do Instituto Politécnico de Bragança*, Bragança, Portugal, 71-71.
<https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/14364>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica-5*. 5 ed. Porto Alegre: AMGH.
- Júnior, D. S. A. (2019). A transparência dos portais eletrônicos dos estados, do Distrito Federal e das capitais: uma análise sob a ótica do Processo Hierárquico Analítico (AHP). *Anais do X Congresso Nacional de Administração e Contabilidade- PUC-Rio*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <http://www.adcont.net/index.php/adcont/adcont2011>
- Kieling, A. P., Souza, M. J., Lyra, F., & Boeing, R. (2021). The Bittersweet Truth: Corporate Social Responsibility in Online Communication Between a Coffee Company and its Customers. *Brazilian Business Review*, 18(2), 160–176. <https://doi.org/10.15728/bbr.2021.18.2.3>
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000. (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Leite, G. A. F., Cruz, C. F., Silva, T. G., & Nascimento, J. P.B., (2018). Relação entre a qualidade da Gestão Fiscal e a Transparência dos Municípios Brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(76), 337-355.
<https://doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.75408>
- Medeiros, A. L., Oliveira, N. M., & Caminha, F. S. (2020). Gestão fiscal dos municípios do Tocantins: o que mostra o índice Firjan?. *Revista brasileira de desenvolvimento*

- regional*, 7(2), 79-108. <https://doi.org/10.7867/2317-5443.2019v7n2p79-108>
- Miranda, M., Ferreira, M., Abrantes, L., & Macedo, S. (2022). Effects of Tax Exemption on Economic Growth. *Brazilian Business Review*, 19(2), 1–18. <https://doi.org/10.15728/bbr.2021.19.2.4>
- Neves, A. C. D., Diniz, J. A., & Martins, V. G. (2015). Determinantes socioeconômicos da transparência fiscal. *Anais do XV Congresso USP Controladoria e Contabilidade*. São Paulo, SP, Brasil, (Vol. 29). https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos152015/an_resumo.asp?con=1&cod_trabalho=296&titulo=Determinantes+Socioeconomicos+da+Transparencia+Fiscal
- Oliveira, W. A., & Bruni, A. L. (2019). Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53(2), 415-431. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170383>
- Possamai, A. J., & Schindler, E. (2017). Transparência e Lei de Acesso à Informação (LAI) nos municípios gaúchos: fatores associados. *Indicadores Econômicos FEE*, 45(1), 71-86.
- Rausch, R. B., & Soares, M. (2010). Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 4(3), 23-43. <https://doi.org/10.17524/repec.v4i3.250>
- Resolução TC nº 33, de 06 de junho de 2018. Dispõe sobre a Transparência Pública a ser observada pelas Unidades Jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e sobre o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco – ITMPE. <https://tce.pe.gov.br/internet/index.php/2018/4005-resolucao-tc-n-33-de-06-de-junho-de-2018>.
- Rossoni, F. V., & Beiruth, A. X. (2016). Transparência na Gestão Pública Municipal: Análise

nos Sites das Prefeituras do Estado do Espírito Santo. *Revista de auditoria, governança e contabilidade*, 4(17). 1-16.

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/859>

Silva, M. C. D., Nascimento, J. C. H. B. D., Silva, J. D., & Siqueira, J. R. M. D. (2019).

Determinantes de la transparencia municipal: un análisis empírico con los municipios brasileños. *Revista Globalizacion, Competitividad Y Gobernabilidad*, 13, 87-100.

<file:///C:/Users/0437/Downloads/Dialnet-DeterminantesDaTransparenciaMunicipal-7007430.pdf>

Souza, F. J. V., Barros, C.C., Araujo, F. R., & Silva, M. C. (2013). Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 3(3), 94-113.

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/37782/indice-de-transparencia-municipal--um-estudo-no--->

Sun, S., & Andrews, R. (2020). The determinants of fiscal transparency in Chinese city-level governments. *Local Government Studies*, 46(1), 44-67.

<https://doi.org/10.1080/03003930.2019.1608828>

Tejedo-Romero, F., & Araujo, J. F. F. E. (2018). Determinants of local Governments' transparency in times of crisis: Evidence from Municipality-Level panel data. *Administration & Society*, 50(4), 527-554.

<https://doi.org/10.1177/0095399715607288>

Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco. (2015). Dispõe sobre o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco.

<https://tce.pe.gov.br/indexedetransparencia2015/>

Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco. (2018). Resolução TC nº 033/2018. Dispõe

sobre a Transparência Pública a ser observada pelas Unidades Jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e sobre o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco - ITMPE. Publicada no DOE-PE de 6 de junho de 2018.
<https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/2018/4005-resolucao-tc-n-33-de-06-de-junho-de-2018>

Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2014). As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(66), 242-254.
<https://doi.org/10.1590/1808-057x201410820>

Exogenous Factors that Affect the Level of Public Transparency in Pernambuco Municipalities

ABSTRACT

Objective: the research aimed to find explanations through exogenous factors that affect the transparency of public information, in the search for alternatives and actions that can reduce asymmetries and, at the same time, improve the level of transparency of municipal public entities.

Method: The research is quantitative and of a descriptive-explanatory nature, using secondary data. Methodologically, a panel data regression model was used with information on the transparency of the 184 municipalities in Pernambuco.

Originality/Relevance: The study stands out by providing explanations through exogenous factors that affect the transparency of public information, in the search for alternatives and actions that can reduce asymmetries while simultaneously improving the level of transparency of municipal public entities.

Results: The results demonstrate the strong influence of the studied socioeconomic factors on the level of transparency presented by the municipalities in the state of Pernambuco, implying the perception that the social and economic evolution of the municipalities directly affects their levels of transparency.

Theoretical/Methodological contributions: The research contributes to the empowerment and exercise of internal, external, and social controls, as well as provides information for the improvement of the methodology for calculating ITM-PE and other transparency indicators used by interested entities. This helps in addressing the indices of municipalities while considering their inequalities.

Keywords: Public accounts. Municipal transparency index, Municipalities of Pernambuco, Transparency in the public sector, Transparency asymmetry.

Aldirene Santos Brito 

Federal University of Piauí, PI, Brazil
 aldirene.brito.com

João Eudes Bezerra Filho 

FUCAPE Business School, ES, Brazil
 jeudes@tce.pe.gov.br

Jobson Maurilio Alves dos Santos 

Federal University of Pernambuco, PE, Brazil
 jobson.maurilio@ufpe.com

Received: October 24, 2023

Revised: April 24, 2024

Accepted: September 18, 2024

Published: December 30, 2024

